



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9935 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

INTERESSES PRIVADOS NO ENSINO DE ARTE E NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES: O CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE

Jéssica Natana Agostinho - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva - UDESC - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

INTERESSES PRIVADOS NO ENSINO DE ARTE E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE

RESUMO: Nosso objetivo é analisar o Currículo Base do Território Catarinense para o Ensino Fundamental, com ênfase em seu capítulo destinado à disciplina de Arte e problematizar seu impacto na formação docente. O estudo partiu de uma análise documental do Currículo Base e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A apuração do contexto de ambos os documentos evidencia que são reformas educacionais efetuadas pelo Estado que, atrelado a interesses privados, tem a finalidade de adequar os trabalhadores às demandas do setor produtivo. As concepções pedagógicas da BNCC e, conseqüentemente, do Currículo Base, estão associadas ao lema do "aprender a aprender", um ideário que secundariza a importância dos conteúdos na educação escolar. A influência dessas políticas na educação básica e na formação de professores reforça o empobrecimento teórico e a conformação docente.

Palavras-chave: Política educacional. Estado. BNCC. Currículo Base. Ensino de Arte.

INTRODUÇÃO

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) inicia a demanda pela atualização dos currículos regionais e o estado de Santa Catarina responde à exigência lançando o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Outra mudança ocorre no campo da formação docente, a partir da BNC-Formação (BRASIL, 2019).

Consideramos a parcialidade do Estado, compreendendo-o enquanto ente organizador dos interesses da classe dominante. Com este estudo procuramos identificar as correlações entre as orientações curriculares oficiais para o ensino de Arte, o projeto neoliberal de educação e as conseqüências na formação de professores. A partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, buscamos responder às questões: como os interesses dos setores privados podem ser identificados nas orientações do Currículo Base do Território Catarinense para a disciplina de Arte na etapa do Ensino Fundamental? Como essas diretrizes repercutem

na formação docente?

INTERESSES PRIVADOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Em nossas análises dissociamos o Estado de qualquer visão que o caracterize como neutro em relação aos antagonismos de classe. A concepção liberal-burguesa, ainda bastante disseminada, caracteriza o Estado como um representante dos interesses universais da sociedade, uma esfera superior na qual jamais prevalecem os interesses privados. Partimos de uma visão divergente a esta, sustentada pela crítica marxista à concepção liberal de Estado:

Longe de suprimir a oposição de classes num reino de consensos e acordos bem sucedidos (mas que na verdade tem como fundamento garantir a liberdade de mercado e a propriedade privada), o Estado burguês é expressão da concentração da luta, dos conflitos e da dominação de classes entre dois grupos fundamentais: a burguesia e o proletariado. E se o poder material da sociedade está concentrado nas mãos da burguesia, esta se torna a classe dominante, cujos interesses, ao penetrarem a esfera do Estado, confundem-se com a vontade geral. (DA SILVA; MARCASSA, 2020, p. 210-211).

Assim, o Estado burguês atua para defender os interesses privados da classe dominante e os difunde como sendo comuns a todos. A disseminação desses valores não é automática e demanda a criação de “manifestações ideais capazes de ocultar as contradições entre capital e trabalho geradas pelo desenvolvimento do capitalismo” (DA SILVA; MARCASSA, 2020, p. 211). Desse modo, para que o capitalismo permaneça incontestável no senso comum, é crucial naturalizar seus valores e dissimular suas contradições. Mészáros (2008) comenta que através da educação ocorre um processo pelo qual os indivíduos adotam como suas as metas de reprodução do sistema, internalizando sua posição social.

Na educação institucional é nítida a atuação do Estado nesse processo de internalização. Em resposta às crises inerentes ao funcionamento do sistema econômico, os processos produtivos são reestruturados e suas exigências em relação aos trabalhadores se alteram. Exemplo disso é a transição do fordismo para o toyotismo e a decorrente demanda pelo trabalhador flexível (SAVIANI, 2010). Para que a educação faça jus às novas necessidades, são efetivadas as reformas educacionais.

Já que o capitalismo não admite suas crises intrínsecas, as transfere para a educação: a precariedade na qual a escola pública está propositalmente inserida é utilizada para justificar as reformas. A partir dos anos 1990, o pensamento neoliberal – adepto ao logro do Estado mínimo – sustenta discursos que dissimulam os processos de desresponsabilização do Estado na garantia de direitos básicos. O desmantelamento dos serviços públicos é camuflado como incompetência de gestão. Assim, se legitima “a participação ativa da sociedade civil, leia-se, das organizações vinculadas ao capital, na condução dos assuntos educacionais” (MOTTA; LEHER, 2017, p. 245). No contexto da BNCC, a Fundação Lemann e o Movimento pela Base são entes privados que se destacam em seu direcionamento. Santos (2019) demonstra que os grupos empresariais influentes na educação são numerosos e revela uma complexa rede de instituições privadas envolvidas na oferta de formação continuada em Florianópolis.

Para contribuir com o objetivo abstrato de melhorar a educação, algumas políticas educacionais recentes – como a BNCC e suas derivantes (os Currículos estaduais e a BNC-Formação) – retomam o lema do aprender a aprender (DUARTE, 2020). Visto que o estágio atual do capitalismo está longe do pleno emprego, esse lema é utilizado para redirecionar a educação enquanto área que habilita para a competição e que forma o "trabalhador resiliente"

(MOTTA; LEHER, 2017, p. 252). Segundo Saviani (2010, p. 431), “trata-se de preparar os indivíduos para [...] se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos”. Para esse fim, a BNC-Formação se configura como um instrumento de conformação indispensável no âmbito do trabalho docente. Os professores, que colocarão a BNCC em prática, precisam primeiro assimilar noções essenciais, tais como a flexibilidade e as competências socioemocionais. Esta lógica adaptativa é nítida no parecer do CNE que propõe a BNC-Formação (BRASIL, 2019). De acordo com Shiroma *et al.* (2017), a política de conformação docente se manifesta também através dos slogans educacionais que buscam, entre outras coisas, ocultar a precarização do trabalho na qual os próprios professores estão imersos.

DO PROJETO DE CONFORMAÇÃO DA BASE AO TRABALHO DO PROFESSOR

O Currículo Base do Território Catarinense, enquanto documento decorrente da implementação da BNCC nos estados, herda da Base sua estrutura, que está ancorada em conceitos como as aprendizagens essenciais, as competências gerais e específicas e as habilidades (BRASIL, 2018). Tem-se, então, uma filiação à pedagogia das competências. Segundo Saviani, trata-se de uma pedagogia de inspiração construtivista que se apresenta “[...] como outra face da ‘pedagogia do aprender a aprender’, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas” (SAVIANI, 2010, p. 437). Essa estrutura geral do documento repercute de maneiras específicas no ensino de Arte.

Um primeiro ponto é a Arte estar situada como um componente curricular da área de Linguagens. Ainda que a concepção de Arte enquanto linguagem seja um debate válido dentro desse campo, em termos pragmáticos trata-se de um retrocesso para a disciplina, uma vez que deixa de ser vista como área do conhecimento autônoma. Considerando os determinantes políticos da BNCC e o histórico do ensino de Arte no Brasil – marcado por concepções reducionistas e por um suporte legislativo inconsistente – esse recuo pode indicar um rebaixamento da disciplina.

Outro ponto é a organização dos *objetos de conhecimento* em *unidades temáticas*. No caso da Arte, essas unidades são as próprias expressões artísticas – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro – com o acréscimo de uma unidade denominada Artes Integradas. Ao comparar com outras disciplinas, é chamativa a amplitude dos campos escolhidos como unidades de organização. Se o objetivo fosse abarcar os conteúdos artísticos do modo mais completo possível, cada uma dessas unidades demandaria a definição de suas próprias “sub”unidades internas.

A existência de uma unidade temática para as “Artes Integradas” é também uma questão. Aparentemente a BNCC se mostra simpática à manutenção das especificidades das diferentes expressões artísticas. Isso ocorre certamente em decorrência do debate sobre a polivalência no ensino de Arte, que vem sendo realizado há décadas. A concepção de que um único docente poderia lecionar todos os conteúdos artísticos em suas diversas expressões é amplamente rebatida dentro do campo artístico. Contudo, sempre que a necessária manutenção das especificidades é mencionada pela BNCC, o texto reitera a importância da permeabilidade entre as linguagens.

Além da ênfase no hibridismo e na diversidade de possibilidades de criação artística, outro ponto bastante frisado é a importância do processo artístico e da prática investigativa. A

BNCC destaca que “A prática investigativa constitui o modo de produção e organização dos conhecimentos em Arte. É no percurso do fazer artístico que os alunos criam, experimentam, desenvolvem e percebem uma poética pessoal.” (BRASIL, 2018, p. 193). Há uma proximidade evidente com a pedagogia do aprender a aprender e sua ênfase nos métodos de investigação. Nessa perspectiva, aquilo que se revela como principal não são os conteúdos específicos de cada expressão artística. O importante é que os alunos conheçam as possibilidades de criação para transitar entre elas e extrair aquilo que poderá contribuir na criação de uma poética pessoal. O que garante as aprendizagens essenciais para o Estado brasileiro é o domínio das habilidades. Na Arte, essas habilidades envolvem principalmente saber integrar as especificidades. Os conteúdos são, desse modo, meros auxiliares.

O processo de elaboração do Currículo Base em Santa Catarina é inevitavelmente verticalizado. Ainda assim, há um esforço para ressaltar a coletividade do documento, tanto em seus textos introdutórios (SANTA CATARINA, 2019) quanto nas notícias que o veiculam. A estrutura de implementação é tamanha que aos professores parece restar apenas a aceitação. A própria BNCC foi divulgada como consenso, de modo a induzir “professores e suas entidades a se resignarem ao projeto educacional em curso” (PEREIRA; EVANGELISTA, 2019, p.72). A participação docente na construção do Currículo Base ocorreu de forma majoritariamente indireta, mediada por mecanismos de consulta e a partir de perguntas direcionadas. Assim, o espaço para o dissenso, absolutamente restrito, existe apenas enquanto formalidade.

Nas páginas destinadas a introduzir a disciplina de Arte, os debates epistemológicos desse campo são abordados superficialmente pelo Currículo Base, sem situar teoricamente suas concepções. A influência da Escola Nova nessa área de ensino é naturalizada enquanto positiva, sem que sejam ponderadas suas contradições. As dificuldades da realidade material do ensino de Arte também não são mencionadas. O Currículo Base reconhece que “para o componente Arte, é fundamental demarcar no ambiente escolar o seu lugar [...]” (SANTA CATARINA, 2019, p. 255). Em outro momento, prevê que “o professor possibilitará a expedição em espaços de Arte e Cultura [...]” (SANTA CATARINA, 2019, p. 261). No sentido oposto ao de possibilitar uma escola emancipadora, o Estado transfere para o professorado a tarefa de assegurar suas próprias condições de trabalho. É um exemplo do motivo para incutir nos professores, como proposto pela BNC-Formação, a necessidade do *engajamento profissional*. O professor não deve apenas formar, mas ser, ele mesmo, o trabalhador resiliente. O Currículo Base faz ainda outras menções à necessidade de adequar a formação docente. Na especificidade da Arte, as adequações indicam certo empobrecimento teórico, com vistas a adaptar o futuro professor de Arte à polivalência que encontrará em seu contexto de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC, o Currículo Base e a BNC-Formação são normativas curriculares criadas pelo Estado para adaptar a educação às mudanças no setor produtivo, de acordo com os interesses do mercado. Utilizar as pedagogias do aprender a aprender e das competências evidencia esse propósito. Essas políticas são difundidas como benéficas para a educação e, assim, as demandas do capital privado são dissimuladas enquanto expressão da vontade geral.

As orientações para o ensino de Arte contidas no Currículo Base do Território Catarinense fazem parte do projeto neoliberal para a educação. Elas formam um grupo amplo e superficial de sugestões, com caráter escolanovista e com abertura para a retomada da polivalência no âmbito dessa disciplina. Trata-se de uma concepção de ensino de Arte sujeita ao aprender a aprender e, portanto, aos interesses privados. No âmbito da formação de

professores, sua repercussão corrobora com o empobrecimento teórico e com a conformação docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

DA SILVA, M. M.; MARCASSA, L. P. O Estado contemporâneo sob as lanternas de Lenin: definindo o grande Leviatã. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 12, n. 2, 2020.

DUARTE, N. Um montão de amontoado de muita coisa escrita: sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo. In: MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D.; ORSO, P. J. (Org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a base nacional comum curricular.** Campinas: Autores Associados, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, V. C. da; LEHER, R. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 2, n. 3, 2017.

PEREIRA, J. N., EVANGELISTA, O. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento-Revista de Educação**, ano 6, n.10, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense.** Florianópolis, 2019.

SANTOS, M. L. dos. **Formação continuada na rede municipal de ensino de Florianópolis: financeirização da educação básica e a (con)formação docente.** 2019. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2010.

SHIROMA, E. O. *et al.* A tragédia docente e suas faces. In: EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K. (Org.). **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo.** Araraquara: Junqueira e Marin, 2017.